



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 122, DE 2025

(Do Sr. Duda Ramos)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta e a apresentação de produtos e serviços no comércio eletrônico.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3699/2024.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Duda Ramos** - MDB/RR

Apresentação: 03/02/2025 15:03:56.097 - Mesa

PL n.122/2025

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. DUDA RAMOS)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a oferta e a apresentação de produtos e serviços no comércio eletrônico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 31-A:

“Art. 31-A. No comércio eletrônico, as informações previstas no art. 31 deverão ser apresentadas em uma das seguintes formas:

I – fotos do verso, do rótulo ou de outros ângulos da embalagem ou do produto ofertado em tamanho, qualidade e resolução suficientes para garantir a legibilidade de todas as informações;

II – tabelas ou textos descritivos facilmente legíveis, que devem ser exibidos logo abaixo ou ao lado da imagem do produto ou das imagens ilustrativas do serviço ofertado;

III – combinação das formas previstas nos incisos I e II.

Parágrafo único. As informações de preço à vista ou em parcela única e de data de validade, quando aplicável, devem ser apresentadas de forma destacada junto à imagem do produto ou à imagem ilustrativa do serviço.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Na esteira da pandemia da covid-19 e das restrições de circulação impostas para seu enfrentamento, uma série de setores da economia ganharam impulso, dentre os quais se destaca o comércio eletrônico. O setor, que nos anos de 2017 a 2019 movimentou em torno de 40 bilhões anuais, girou 107 bilhões em 2020, 155 bilhões em 2021, 187 bilhões em 2022 e 196 bilhões em 2023, valores que chegam a mais de 4 vezes os observados logo antes da pandemia. Espera-se que o aumento da parcela da população conectada e a redução de custos de frete decorrente de investimentos em logística continuarão a impulsionar a dinâmica do setor ainda por muitos anos.

Em nosso entendimento, esse contexto de expansão do comércio eletrônico e aumento de relevância do segmento na economia como um todo traz consigo a necessidade de o poder público buscar, na medida do possível, garantir a proteção dos direitos dos cidadãos enquanto consumidores de produtos e serviços na internet.

O Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ainda que tenha sido discutido e promulgado em uma época em que a internet era incipiente, aplica-se, no que couber, ao comércio eletrônico. Em particular, é evidente que o art. 31, que determina que “a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”, deve ser respeitado nas relações de consumo intermediadas pela rede mundial de computadores.

Em todo caso, as peculiaridades próprias da internet, em especial a miríade de formatos e meios disponíveis para a apresentação de produtos e serviços, como imagens estáticas, vídeos, textos dos mais variados tipos, áudios, ou mesmo combinações dessas formas, podem dificultar ou obscurecer a compreensão exata das características de produtos ou serviços ofertados. Podem, ainda, serem usadas para criar falsas expectativas ou iludir



deliberadamente os consumidores. Assim, acreditamos que há mérito em uma atualização do CDC, com o objetivo de dispor mais criteriosamente sobre a oferta e a apresentação de produtos e serviços realizadas em ambientes virtuais.

Por essas razões, oferecemos o presente projeto de lei. Nosso texto propõe o acréscimo de um novo art. 31-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para detalhar a forma como devem ser disponibilizadas as informações relativas a oferta e apresentação de produtos e serviços no comércio eletrônico. De acordo com nossa proposta, são permitidas a inclusão: de fotos do verso, do rótulo ou de outros ângulos da embalagem ou do produto ofertado em tamanho, qualidade e resolução suficientes para garantir a legibilidade de todas as informações; de tabelas ou textos descritivos facilmente legíveis, que devem ser exibidos logo abaixo ou ao lado da imagem do produto ou das imagens ilustrativas do serviço ofertado; de informações em uma combinação dessas formas. Ademais, o projeto prevê que as informações de preço à vista ou em parcela única e de data de validade, quando aplicável, devem ser apresentadas de forma destacada junto à imagem do produto ou à imagem ilustrativa do serviço, em razão da maior relevância desses dados para o consumidor.

Na certeza de que as medidas propostas contribuem para uma maior transparência nas relações comerciais pela internet, contamos com o apoio dos nobres colegas na aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2025.

Deputado DUDA RAMOS

2024-17703





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-807811-setembro-1990-365086-norma-pl.html
--	---

FIM DO DOCUMENTO
